

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 08/POAT/2022

EIXO I - Coordenação, Gestão, Monitorização e Auditoria (FEDER)

**Planos de ação de base territorial - Investimentos
Territoriais Integrados CIM/AM & Investimentos
Territoriais Integrados Temáticos ou Funcionais**

PROGRAMA OPERACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA 2020

DEZEMBRO 2022

1. ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente convite enquadra-se no Eixo 1 – Coordenação, Gestão, Monitorização e Auditoria do Programa Operacional Assistência Técnica (POAT 2020).

O POAT 2014-2020 tem como objetivo assegurar as condições necessárias para o funcionamento dos sistemas e estruturas associadas à coordenação e monitorização estratégica do Portugal 2020, estudos e avaliação, incluindo a criação e funcionamento de mecanismos que permitam a articulação entre as políticas públicas nacionais e as operações apoiadas pelos programas operacionais ou que produzam informação relevante para apoio à decisão no âmbito do desenvolvimento das regiões.

Tem ainda como objetivo apoiar as ações preparatórias do próximo período de programação 2021/2027, onde se integra este aviso.

2. OPERAÇÕES

O Acordo de Parceria – Portugal 2030 - que estabelece a estratégia e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus relativo a 2021-2027, consagra a importância dos instrumentos territoriais como instrumento central de promoção do desenvolvimento e coesão territorial, com especial enfoque nos investimentos territoriais integrados (ITI).

Pretende-se, agora, apoiar as atividades das Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais de Portugal Continental, respeitantes ao planeamento de políticas públicas no âmbito do seu território de intervenção, visando a definição de planos de ação para a contratualização dos ITI previstos no Acordo de Parceria Portugal 2030 e nos textos de cada um dos Programas Regionais.

Pretende-se ainda apoiar as atividades das entidades responsáveis pelo planeamento e implementação de medidas com vista à dinamização económica e social de territórios específicos, em torno de desafios ou recursos específicos, visando a definição de planos de ação para a contratualização dos três ITI temáticos ou funcionais previstos no Acordo de Parceria Portugal 2030 e nos textos dos Programas Regionais respetivos (Programa Regional do Centro, Programa Regional do Alentejo e Programa Regional do Algarve).

A definição destes Planos de Ação deve ter igualmente em consideração a lista de elegibilidades prevista em cada um dos Programas Regionais, devendo ser dimensionado às necessidades e escolhas dos agentes do território no âmbito das políticas públicas cujas medidas são elegíveis.

No caso das Áreas Metropolitanas e das Comunidades Intermunicipais, isto significa que, na sequência das Estratégias para o Desenvolvimento Territorial ao nível das NUTS III, que identificam as necessidades e potencialidades do território no horizonte da presente década, os Planos de Ação devem concentrar-se nas medidas de política elegíveis e que os atores territoriais consideram ser mais relevantes para a mobilização dos Fundos da Política de Coesão, identificando a situação de partida e os resultados que se esperam atingir com o apoio dos Fundos. Tal como previsto no texto do Acordo de Parceria e dos Programas estes planos de ação

são estruturados em torno dos 3 eixos: Provisão de Serviços de Interesse Geral; reabilitação e regeneração urbana; e valorização dos ativos territoriais.

No caso dos ITI Temáticos ou Funcionais previstos nos Programas Regionais (ITI Água e Ecossistemas de Paisagem; ITI Intervenção Integrada de Base Territorial do Oeste e Vale do Tejo; e ITI Intervenção Integrada de Base Territorial do Pinhal Interior) os Planos de Ação, desenvolvidos na sequência das Estratégias definidas para cada um destes territórios de base funcional ou temática, devem considerar apenas as medidas de política elegíveis e que os atores territoriais consideram ser mais relevantes para a mobilização dos Fundos da Política de Coesão, identificando a situação de partida e os resultados que se esperam atingir com o apoio dos Fundos. Devem ainda demonstrar a articulação e não sobreposição com outros instrumentos territoriais, nomeadamente os ITI CIM/AM.

Todos os Planos de Ação a desenvolver respeitam os requisitos previstos no artigo 29.º do Regulamento UE 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021, relativo às disposições comuns, no texto dos Programas e na regulamentação nacional, contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Identificação da zona geográfica abrangida pelo Plano de Ação;
- b) Diagnóstico de necessidades e potencialidades do território, em função do desafio específico a que o instrumento territorial pretende dar resposta;
- c) Descrição do Plano e dos seus principais objetivos, incluindo:
 - a. Identificação dos objetivos estratégicos, objetivos específicos, tipologias de intervenção e das tipologias de operação a mobilizar no quadro do Plano de Ação e respetivo plano de financiamento;
 - b. Indicadores de realização e resultado a mobilizar e respetivas metas intermédias e finais, para a monitorização e acompanhamento do Plano de Ação;
 - c. Outras questões de contratualização (e.g. calendarização);
- d) Descrição do envolvimento dos parceiros na elaboração e execução do plano, incluindo o modelo de governação do instrumento territorial;
- e) Resumo do Plano em língua portuguesa e em língua inglesa.

3. BENEFICIÁRIOS

O presente Convite dirige-se às Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais, bem como às entidades responsáveis pela execução dos 3 ITI Temáticos ou Funcionais previstos nos textos dos Programas Regionais do Centro, Alentejo e Algarve, no sentido de poderem ser apresentadas propostas de financiamento, com vista ao apoio na elaboração dos planos de ação para os respetivos territórios, para o período de programação 2021-2027.

Considera-se assim que estas entidades se constituem como atores chave catalisadores para a operacionalização das estratégias territoriais de desenvolvimento económico de base territorial para o período 2021-2027, envolvendo os parceiros económicos, sociais e ambientais mais

relevantes, que respondam às principais necessidades de desenvolvimento e potenciais de crescimento dos respetivos territórios e contribuam para reforçar o quadro.

4. Áreas/Tipologias de intervenção do POAT

As operações a apoiar no âmbito do presente convite são enquadráveis na área/tipologia de intervenção:

- Garantir o funcionamento eficiente dos sistemas e estruturas de coordenação, gestão, monitorização e avaliação / estudos e avaliações.

5. CANDIDATURAS

O beneficiário pode apresentar apenas uma candidatura ao abrigo do presente convite, não podendo o seu custo total elegível ser superior a 100.000,00€, correspondente a um apoio máximo FEDER de 80.000,00€.

6. DOTAÇÃO FINANCEIRA E TAXA DE CO FINANCIAMENTO

6.1. Dotação indicativa

A dotação FEDER máxima a alocar ao presente aviso é de 2.080.000€, correspondente a uma despesa pública de 2.600.000€.

6.2. A taxa de cofinanciamento máxima a aplicar é de 80%.

7. AÇÕES ELEGÍVEIS

As ações a apoiar consubstanciam-se no suporte à elaboração de Planos de Ação que servirão de base para a contratualização com as Autoridades de Gestão dos Programas Regionais do Continente dos ITI CIM/AM e dos 3 ITI Temáticos ou Funcionais previstos nos textos dos Programas Regionais do Centro, Alentejo e Algarve, nomeadamente:

- Consultoria de apoio à realização de atividades necessárias à definição dos planos de ação para a contratualização dos ITI previstos no Acordo de Parceria Portugal 2030 e nos textos de cada um dos Programas Regionais.
- Outras iniciativas necessárias ao desenvolvimento dos planos de ação, nomeadamente, reuniões, workshops e outras similares.

8. ÂMBITO GEOGRÁFICO

O âmbito territorial do presente convite abrange todo o território de Portugal Continental.

9. FORMA DE APOIO

A forma do apoio a conceder às candidaturas a aprovar no âmbito do presente convite reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

10. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DA OPERAÇÃO E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

10.1. Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário terá que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual.

10.2. Elegibilidade da operação

A operação candidata, no âmbito do presente convite, tem que:

- a) Enquadrar-se na área/tipologia de intervenção prevista no ponto 4 do presente aviso.
- b) Para além do objetivo previsto na alínea anterior, a operação deverá garantir que se pretendem alcançar os resultados previstos, com o apoio da União, no Eixo prioritário 1 do POAT.
- c) Justificar a necessidade e a oportunidade da realização da operação;
- d) Dispor de toda a informação exigida para a instrução da candidatura.

10.3. Elegibilidade das despesas

São elegíveis as despesas que contribuam diretamente para a elaboração, divulgação e discussão dos Planos de ação de suporte ao desenvolvimento territorial, designadamente:

- Consultorias externas;
- Ações de apresentação, divulgação ou discussão dos Instrumentos;
- Outras despesas imprescindíveis à concretização dos objetivos propostos.

10.4. Despesas não elegíveis

Não são consideradas elegíveis as despesas previstas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, nem quaisquer outras para além das previstas no ponto

anterior, designadamente a imputação de custos com recursos humanos da entidade beneficiária (salários).

Também não serão consideradas elegíveis despesas relativas a atividades, cujo objetivo final tenha já sido objeto de financiamento em outras candidaturas/operações.

11. Duração máxima das operações a apoiar

As candidaturas apresentadas no âmbito deste Aviso terão de estar concluídas até 30 de junho de 2023, salvo situações excecionais, devidamente fundamentadas e autorizadas por esta Autoridade de Gestão.

Podem ser considerados trabalhos já em desenvolvimento desde 1 de janeiro de 2022, desde que os mesmos não se encontrem concluídos à data de apresentação da candidatura.

12. PAGAMENTOS

No âmbito do presente Aviso os pagamentos são efetuados de acordo com o regime previsto nos artigos 71.º do Decreto-Lei n.º 127/2014, de 12 de setembro, e 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, , na atual redação, na parte referente ao FEDER.

De acordo com o disposto de forma conjugada na alínea c) do n.º 4 do artigo 25.º, no n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, , na sua redação atual, e no artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, no âmbito do presente convite, são definidas as seguintes regras específicas e complementares no que se refere aos pagamentos:

- a) Pagamentos a título de adiantamento, desde que solicitados de forma expressa pela entidade beneficiária, não ultrapassando, em cada momento, 30% do financiamento aprovado na respetiva operação, apenas sendo possível o pagamento de novo adiantamento após regularização do anterior.
- b) A modalidade de adiantamento contra fatura prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, é cumulável com o adiantamento específico referido na alínea a) não podendo no seu conjunto ultrapassar 35% do financiamento aprovado.
- c) Conforme disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, na modalidade de adiantamento previsto na alínea anterior, o beneficiário fica obrigado a apresentar os documentos comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento, no prazo de 30 dias úteis a contar da data do pagamento do adiantamento ao beneficiário.
- d) O adiantamento previsto na alínea a) deve ser regularizado até à apresentação do pedido de saldo ou em momento anterior de acordo com prazo a fixar no contrato de financiamento.

13. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia 19 de dezembro de 2022 e as 18:00 horas do dia 31 de janeiro de 2023.

14. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas deverão ser submetidas através de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), e instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, , na atual redação, e nos termos definidos no presente aviso. O beneficiário deverá obter previamente o seu registo e autenticação junto do Balcão do Portugal 2020.

14.1. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá ainda incluir os documentos seguidamente indicados:

14.1.1. Documentos Relativos ao Beneficiário:

a) Declaração de cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal;

b) Declaração relativa ao enquadramento da entidade no regime de IVA.

14.1.2. Documentos Relativos à Operação:

Memória descritiva da operação, que inclua os seguintes aspetos:

- a) Descrição e caracterização das intervenções/ações a realizar no âmbito da operação, evidenciando o seu enquadramento na tipologia de intervenção prevista no ponto 4 do presente aviso;
- b) Descrição e justificação dos objetivos a atingir com a operação candidata, que concorrem para a prossecução do objetivo específico 1.1. do POAT em que se enquadra o presente aviso;
- c) Justificação da necessidade e da oportunidade de realização das ações previstas na operação;
- d) Caracterização técnica e uma fundamentação dos recursos financeiros e do calendário de realização física e financeira das intervenções previstas na operação;
- e) Indicação dos cronogramas de execução física e financeira da operação;

- f) Identificação das fontes de financiamento previstas para a contrapartida nacional necessária à realização da operação;
- g) Indicadores a afetar no âmbito da presente operação.

15. PROCESSO DE DECISÃO

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) Análise de admissibilidade através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela Autoridade de Gestão, em conformidade com o texto do Programa;
- ii) Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POAT 2020;
- iii) Decisão sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

16. METODOLOGIA DE SELEÇÃO

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto.

O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de números inteiros de 1 a 5 (1, 3 e 5) pontos, em que 5 representa uma valoração elevada, 3 uma valoração média e 1 uma valoração reduzida. Para o efeito aplica-se a cada critério de seleção a ponderação constante do quadro infra.

A classificação final será estabelecida com 2 casas decimais, não sendo elegíveis as operações com uma média ponderada inferior a 3 pontos.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

A seleção dos apoios a conceder tem por base os critérios de seleção aprovados no Comité de Acompanhamento do POAT, consubstanciados nos subcritérios e respetiva ponderação constante na grelha de avaliação (Anexo I).

18. INDICADORES DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

As operações desenvolvidas pelas entidades beneficiárias contribuem, nomeadamente, para os seguintes indicadores de realização:

- Número de avaliações produzidas.

Neste quadro a quantificação dos indicadores será efetuada em sede de candidatura sendo objeto de contratualização.

19. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POAT 2020.

20. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

A Autoridade de Gestão do POAT pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos adicionais, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 dias úteis, contados a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos pelo beneficiário, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

21. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO BENEFICIÁRIO

A decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 30 dias úteis a contar da data da apresentação da candidatura, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação atual

O prazo referido suspende-se por período a definir pela Autoridade de Gestão, que não pode ser superior a 10 dias, quando sejam solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez.

22. CONTACTO

Programa Operacional de Assistência Técnica - POAT 2020

Avenida 5 de outubro. 153 – 9º Andar

1053-053 Lisboa

Telefone: 21 8814000/ 21 8801158

A Presidente da Comissão Diretiva do PO Assistência Técnica 2020	Claúdia Joaquim
---	-----------------

ANEXO I - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATURAS - ESTUDOS E AVALIAÇÃO

CrITÉrios de Seleção	Tipo Critério	Valoração	Ponderadores
Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário: a) Adequação da operação aos objectivos específicos definidos ao nível do Eixo Prioritário; b) Grau de contributo da operação para o alcance dos indicadores de resultado definidos, ao nível do Eixo Prioritário.	comum	5 - Elevada 3 - Média 1- Reduzida	25%
Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos: a) Adequação da operação às prioridades definidas para o desenvolvimento das atividades de gestão; b) Contributo da operação para a melhoria dos instrumentos de apoio à Gestão;	comum		20%
Qualidade Técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade: a) Adequação dos conteúdos aos objetivos da proposta; b) Viabilidade do calendário proposto face aos objetivos e conteúdos da proposta; c) Razoabilidade dos recursos mobilizados para a execução da operação.	comum		40%
Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados: a) Adequação das metodologias e calendários das medidas propostas, em matéria de avaliação e/ou disseminação, às exigências regulamentares; b) Contributo da operação para a identificação de boas práticas.	Específico		15%